



**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 DO CONSELHO DE UNIDADE DO CAMPUS  
MARIA DA GRAÇA DO CEFET/RJ (CONPUS)**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta minutos, por meio da plataforma RNP Conferência Web, reuniram-se, sob a presidência de Ronilson Rodrigues Pinho, os membros do Conselho Diretor desta Unidade Educacional, sendo membros natos: Mário Manhães Mosso, Christiane Rocha Pereira, Saulo Santiago Bohrer, Félix do Rego Barros, Leandro Marques Samyn, Francisco Moyses Carvalho Neto e Sebastião Fábio Q de A Rocha; membros eleitos titulares: Rebeca Cardozo Coelho, Luiz Henrique da Silva Ramos, Arlene Vieira Trindade, Gilberto Gil F. G. Passos, Diego Dias Uzeda e Nicole Viana de Freitas; membros eleitos suplentes: Manoel Rui Gomes Maravalhas, Alvina dos Santos Gomes, Fernanda de Oliveira Cordeiro e Lays Aparecida Duarte Ferreira. Desta forma, foi constituído o *quorum* exigido pelo artigo onze do Regimento Geral do Conselho do campus do Sistema CEFET/RJ. A conselheira Beatriz Martins Teixeira justificou sua ausência. O presidente do CONPUS abriu a reunião informando os itens de pauta: 1) **Aprovação da ata da quarta reunião ordinária**; 2) **Aprovação da ata da terceira reunião extraordinária**; 3) **Curso *stricto sensu* para o campus Maria da Graça**; 4) **Indicadores de qualidade de ensino**; 5) **Nova Base Comum Curricular**; 6) **Calendário acadêmico 2020**; 7) **Avaliação das atividades de ensino remotas e do período piloto**; 8) **Ofício ao Conselho Diretor do Cefet/RJ**; 9) **Informes gerais**. Antes de iniciar a reunião, Ronilson justificou sua ausência na terceira reunião extraordinária do CONPUS e explicou como foi o processo do pedido de suas férias, em resposta ao questionamento realizado pelo conselheiro Saulo durante a referida reunião. No primeiro e segundo itens da pauta, **aprovação da ata da quarta reunião ordinária e aprovação da ata da terceira reunião extraordinária**, Ronilson perguntou se algum conselheiro tinha alguma objeção aos documentos e, como não houve manifestação dos conselheiros, as atas foram aprovadas por unanimidade. No terceiro item da pauta, **Curso *stricto sensu* para o campus Maria da Graça**, Manhães falou sobre sua proposta de inclusão de pelo menos um curso *stricto sensu* no *campus*, de preferência com mestrado e doutorado atrelados, convidando os interessados pela proposta a procurá-lo a qualquer momento para falarem sobre o assunto; apresentou um arquivo com nove cursos *stricto sensu* hoje disponíveis no Cefet/RJ e deu exemplos de como as coordenações dos ensinos médio e técnico poderiam escolher os cursos descritos no arquivo; prosseguiu explicando que, após as escolhas dos docentes, faria um levantamento dos cursos mais votados e faria uma negociação com os coordenadores da unidade; falou sobre a dificuldade de aprovação deste tipo de curso, principalmente por causa da divisão de verba, mencionando sua experiência na UFF; disse que provavelmente seria mais fácil conseguir a abertura de um pólo avançado, em espaço a ser verificado na unidade; falou que começaria o projeto porque era o responsável pelo mesmo e pediu que, se outros docentes tivessem interesse em participar do trabalho, lhe enviassem um e-mail; destacou, ao final do arquivo apresentado, o apoio à publicação de revista científica; falou também sobre a possibilidade de negociação com outros pólos, podendo ampliar as conexões com outras instituições; sugeriu que as coordenações dos ensinos médio e técnico optassem por no mínimo dois cursos do arquivo apresentado, para que pelo menos conseguissem um curso para o ensino médio e outro para o técnico; pediu para que os conselheiros lessem o arquivo que estava sendo compartilhado naquele momento e talvez ali já poderiam votar suas opções. Saulo falou que tinha levado o assunto para discussão no colegiado do ensino médio e o projeto foi reprovado; prosseguiu dizendo que a implantação de cursos *stricto sensu* no *campus* Maria da Graça seria inapropriada naquele momento e os professores estavam com alta carga de trabalho. Manhães falou que não estava apresentando uma proposta para que fosse autorizada naquele momento, e sim estava dando um primeiro passo para esta possibilidade. Saulo falou que, de acordo com o regulamento do CONPUS, o conselho é quem pode ou não autorizar a abertura de curso no *campus*, que existiam procedimentos a serem cumpridos e que o regulamento deveria ser respeitado; falou que a gestão era provisória e que deveriam focar temas de curto prazo ou



urgentes. Manhães ratificou que sua intenção não era realizar uma votação e que sabia das barreiras para a abertura deste tipo de curso; disse que, mesmo como gestão temporária, achava importante apresentar a proposta para estabelecimento de conexões; perguntou ao Saulo se seria interessante abrir uma votação no conselho para que ele desse andamento ao projeto. Saulo respondeu que quem deveria definir o assunto seria o presidente do CONPUS. Ronilson falou para Manhães que também achava que o momento não era apropriado para dar andamento ao projeto e que outras ações deveriam ter prioridade, mas que poderiam falar novamente sobre o tema no futuro. No item quatro da pauta, **Indicadores de qualidade de ensino**, Ronilson passou a palavra para o Manhães, que iniciou a apresentação de um arquivo com avaliação do ensino médio do *campus* Maria da Graça no ENEM e PISA; disse que iria passar apenas uma ideia de como funcionava a avaliação, pois um dia o *campus* poderia ser escolhido para ser avaliado pelo MEC; falou que o CONPUS deveria no futuro cobrar os indicadores aos próximos Gerentes Acadêmicos da unidade; prosseguiu apresentando o arquivo, informando que de dois mil e treze a dois mil e dezoito nenhum aluno foi avaliado pelo ENEM e que em dois mil e doze apenas um aluno tinha sido avaliado, ficando muito distante da amostra de análise solicitada pelo MEC; seguiu com a apresentação indicando nenhum aluno avaliado em dois mil e onze, cinco alunos avaliados em dois mil e dez; disse que provavelmente deveria ter alguma falha no levantamento, pois tinham dois alunos avaliados em dois mil e nove e o ensino médio no *campus* iniciou depois deste ano. Saulo falou que o documento apresentado falava muito pouco sobre o *campus*, pois antes de dois mil e doze não existia o ensino médio integrado na unidade e sim uma parceria com a escola estadual; disse que a primeira turma de ensino médio integrado começou em dois mil e quatorze e que deveria ter um equívoco na cronologia das informações. Manhães disse que eram números do MEC e que era apenas um primeiro passo para que prosseguissem com este trabalho. Diego perguntou se existia algum trabalho complementar aos dados apresentados sobre quais alunos ingressaram no ensino superior, onde estariam estudando, se ingressaram no mercado de trabalho e onde estariam trabalhando. Manhães falou que os indicadores questionados pelo Diego seriam os melhores para analisar a eficácia de um curso, falou sobre sua atuação e levantamento junto às suas turmas sobre mercado de trabalho e como seria possível tentar facilitar o aluno com relação a realização do estágio, pois existia um desinteresse na parte do ensino técnico; disse que, após pesquisas realizadas, somente em torno de sete por cento dos alunos estariam atuando na área que estudaram; finalizou falando que, apesar de algo que ocorre em todo sistema, estaria aberto à sugestões. Diego explicou a importância da realização de um estudo paralelo sobre os alunos que ingressaram no ensino superior, mesmo com os que ainda não tivessem optado em entrar no mercado de trabalho. Saulo falou sobre o ranking das avaliações do INEP e que poderiam acessar no site o índice de desempenho do Cefet/RJ; fez uma diferenciação entre desempenho e qualidade de ensino; falou que não somente o ensino médio prepara o aluno para o ENEM, que também existem disciplinas do ensino técnico que auxiliam na preparação do aluno. Diego falou que, apesar da dificuldade de acesso aos cursos de medicina, alunos da primeira turma de ensino médio integrado do *campus* Maria da Graça passaram para o referido curso; ratificou a importância de todos os profissionais da unidade na preparação do aluno. Manhães prosseguiu apresentando objetivos relacionados no documento: a importância do restabelecimento da avaliação anual do ENEM, que seria o principal indicador para o ensino superior, e a melhoria de cinco por cento no indicador encontrado em janeiro de dois mil e vinte e um para novembro de dois mil e vinte e um; falou sobre a meta de melhoria do IDEB; expôs seus motivos quanto a escolha da avaliação do ENEM ao invés do INEP. Seguindo com o item cinco da pauta, **Nova Base Comum Curricular**, Manhães falou sobre sua intenção em apresentar as informações sobre a nova base comum curricular, a sua respectiva legislação e seus prazos; disse que o prazo inicial de implantação não obrigatório teria sido em dois mil e vinte, com prazo até dois mil e vinte e três e que passaria de oitocentas para mil horas anuais, no mínimo; explicou como funcionava o financiamento para a implantação e captação dos recursos; prosseguiu dizendo que, por conta da pandemia, provavelmente os prazos seriam dilatados; apresentou sua preocupação em registrar a sua intenção de pelo menos uma base para os futuros



gestores da unidade; falou sobre o planejamento de carreira do aluno, explicando como funcionava o processo; explicou sobre as disciplinas obrigatórias e sobre a criação do curso igual e vocacional na nova lei; sugeriu que deveriam ter o curso padrão, com as duzentas horas a mais, com o aumento da capacidade operacional em um quinto atrelado ao financiamento, de acordo com a lei, mas que também deveriam ter até mais duas opções; exemplificou dilemas que poderiam ser enfrentados pelos alunos em suas escolhas; ratificou a importância de ser mantido no mínimo o curso padrão ou incluir todas as cinco áreas, para que nenhuma fosse prejudicada; pediu ajuda aos docentes, principalmente ao colegiado do ensino médio, para a implantação. Saulo falou sobre a sua participação em reuniões passadas, como gerente acadêmico, com a DIREN e DEMET, nas quais foram discutidas as questões levantadas; disse que optaram, na época, por uma transição curricular, ocorrendo a mudança do ensino médio do *campus* Maria da Graça de quatro para três anos; falou que, antes do assunto ser discutido no CONPUS, existia a necessidade do ponto ser debatido antes na DIREN, com a devida viabilização pelo CONEN. Manhães ratificou sua intenção em apresentar o assunto no CONPUS, para passar uma base aos conselheiros e facilitar uma organização no futuro; sugeriu que nas próximas reuniões apresentassem os planos de retorno realizados pela gestão anterior, para auxiliar no planejamento, caso o conselho achasse interessante. Ronilson seguiu com o item seis da pauta, **Calendário acadêmico 2020**, perguntando aos conselheiros se teriam alguma alteração ou sugestão a ser realizada. Saulo sugeriu que os itens seis e sete da pauta fossem debatidos conjuntamente e Ronilson concordou com a sugestão, sem outra manifestação dos presentes. Ronilson pediu um posicionamento dos coordenadores e SAPED sobre também o item sete da pauta, **Avaliação das atividades de ensino remotas e do período piloto**. Nicole pediu explicação sobre a parte "feriados/suspensão de aulas", descrita no calendário, se nestes dias teriam material assíncrono para estudo. Ronilson disse que, de acordo com o calendário, os sábados e feriados teriam aulas assíncronas, dependendo do professor e turma. Nicole sugeriu que a palavra "assíncrona" deveria então constar na referida parte, como em calendários de outras unidades. Manhães falou que o aluno poderia acessar o material de estudo em qualquer momento, mas que não seria uma aula; disse que o calendário tinha um período de horas de aula a ser restabelecido e que as pausas nos feriados deveriam ser respeitadas, sem a obrigatoriedade de aula; disse que o calendário do *campus* Maria da Graça foi o que mais se aproximou do proposto pelo CEPE, sem maiores alterações, e pediu que os alunos sinalizassem caso o calendário não fosse cumprido. Rebeca fez uma recapitulação do que foi explicado para Nicole, mas falou que ainda tinha dúvidas sobre o que foi falado, pois no calendário que recebeu existia a seguinte informação: "os feriados são contabilizados como dias letivos a fim de contabilização de carga horária, mas é vedada a realização de atividade síncrona", e pediu mais esclarecimentos. Saulo pediu para complementar a fala da Rebeca pedindo também explicações, pois achava que o aluno não deveria ser sobrecarregado; disse que não concordava em estar disponível nos feriados, que esteve em atividade remota de março até setembro, e que se fosse necessário o assunto seria levado ao sindicato. Rebeca complementou falando sobre as aulas aos sábados e como funcionava a distribuição destas aulas, explicando que existiam professores do ensino médio que tinham ultrapassado a carga horária; pediu para que verificassem com os alunos como as aulas estavam acontecendo na primeira fase de implantação do ensino remoto, pois estava preocupada com a sobrecarga de conteúdo destas aulas aos alunos. Nicole disse que ainda não estava entendendo sobre os feriados. Arlene falou sobre a importância do CONPUS intervir sobre o assunto que estava sendo levantado, não deixando somente entre alunos e professores; falou que, a partir da matriz do calendário enviada pelos conselhos superiores, existia a necessidade de adequação de acordo com a realidade de cada *campus*; falou sobre a ausência de previsões de datas das avaliações pedagógicas e reuniões com os responsáveis; perguntou se os conselhos de classe realmente aconteceriam entre o Natal e Ano Novo e se também teriam os recessos. Manhães respondeu para Nicole que estavam seguindo a versão oficial do calendário do CEPE,



com as adequações de acordo com o *campus*; falou que, de acordo com a lei, feriado seria feriado, com suspensão de aula, e pediu para que os alunos fizessem combinações com os professores; achou melhor não mexer na informação sobre os feriados no calendário, pois tinha sido indicada por um conselho superior. Manhães falou para a Arlene que seria interessante antecipar a data dos conselhos de classe para que houvesse uma redução da evasão escolar, que tinham combinado que aconteceriam em meados de novembro e sugeriu o dia quatorze; falou que neste dia poderiam falar sobre as outras datas e assuntos referentes ao calendário. Arlene pediu confirmação da fala anterior do Manhães, pois entendeu que os alunos não teriam aulas assíncronas nos feriados, mas que existia a possibilidade de atividades assíncronas a serem definidas entre discentes e professores; falou que as três reuniões mencionadas em sua fala anterior não seriam com os alunos e explicou como elas funcionavam. Manhães falou para Nicole que quando a palavra "aula" era escrita em um documento oficial, com termo "assíncrono" ou não no feriado, corria-se risco até de processo trabalhista por parecer uma atividade planejada, e não poderia ser utilizada; prosseguiu falando que os alunos poderiam conversar com os professores para acordarem leitura não obrigatória de material aos sábados, domingos e feriados. Manhães falou à Arlene que, logo após a reunião do CONPUS, poderiam verificar datas para a realização de reuniões operacionais, sem precisar alongar mais a reunião do conselho; pediu para complementar a fala do Saulo sobre o teletrabalho que ocorreu entre março e setembro; falou sobre o risco de sobrecarga de atividades ao aluno e a importância do planejamento das aulas; disse que continuava com a dúvida levantada pela Nicole sobre aula nos feriados e pediu um melhor esclarecimento. Saulo falou sobre um e-mail que tinha sido enviado pela Gerência Acadêmica aos coordenadores do *campus* no dia vinte e seis de outubro, falando sobre o deslocamento do feriado do dia do servidor público do dia vinte e oito para o dia trinta de outubro. Saulo leu um trecho do e-mail: "O STJ alterou/adiou o feriado do funcionário público do dia vinte e oito para o dia trinta, então é importante avisar aos professores que quarta haverá aula remota normalmente e os que quiserem manter as suas aulas na sexta, dia trinta, também podem, uma vez que o feriado é facultativo. Mais importante é avisar com rapidez os professores de quarta"; disse que ainda estava muito confuso e que deveriam deixar mais claro para toda a comunidade escolar qual seria o limite das suspensões de atividades; falou sobre a sobrecarga de trabalho na forma remota e que os feriados deveriam ser respeitados para o descanso; perguntou como ficaria o feriado do dia vinte de novembro e demonstrou preocupação que tais atos poderiam causar um esgotamento aos alunos no fim do ano letivo; informou que alunos do curso de automação industrial tinham recebido material com trezentas páginas para leitura no período piloto, onde não deveriam ter conteúdos novos; reclamou sobre a grande falta de comunicação da gestão do *campus* com os estudantes e professores; pediu desculpas sobre seu questionamento com relação às férias do Ronilson em reunião anterior, pois não tinham passado qualquer comunicação oficial sobre o problema ocorrido com o Diretor naquele período. Manhães falou novamente para a Nicole que estava escrito "feriado" no calendário e assim tinha que ser formalizado; explicou que no ponto facultativo os professores poderiam trabalhar e ter autonomia com suas turmas. No item oito da pauta, **Ofício ao Conselho Diretor do Cefet/RJ**, Ronilson pediu que Saulo esclarecesse o ponto da pauta, pois ele que tinha solicitado o item. O Coordenador do Ensino Médio explicou como tinha sido o encaminhamento de ofício à Direção- Geral *pro tempore* e Conselho Diretor com a solicitação de eleições imediatas para a Direção do *campus*; pediu que fosse feito um novo ofício ratificando o desejo da comunidade escolar em realizar eleições para a Direção da unidade; falou sobre um debate ocorrido entre a Gerência Acadêmica e principalmente a Coordenação do Ensino Médio, iniciado por um e-mail informativo, causando grande incômodo; pediu esclarecimentos sobre o ocorrido e perguntou se existia uma campanha em aberto; pediu apreciação dos conselheiros para a elaboração de novo ofício e que fosse colocado em regime de votação. Ronilson confirmou com Saulo se seria um ofício de cobrança de resposta ao ofício anterior e perguntou se poderia fazer uma cobrança diretamente sem a necessidade de votação, se prontificando a fazer o novo ofício. Saulo notificou à secretariado CONPUS que estava colocando no chat uma sugestão de texto a ser colocado no ofício. Ronilson discordou da



sugestão do Saulo, pois achava melhor apenas uma ratificação do que foi solicitado no ofício anterior e que já tinham realizado uma votação no CONPUS com relação ao assunto. A secretária falou aos conselheiros as duas propostas que entrariam em regime de votação, uma com a solicitação de novo ofício com a sugestão de texto do Saulo, conforme chat: "O Conselho do *campus* Maria da Graça vem por meio desta agradecer aos serviços prestados pelo professor Manhães e o professor Ronilson Pinho, mas ratifica o desejo desta comunidade de que seja realizada com urgência uma consulta para escolha de uma nova Diretoria para este *campus* do Cefet/RJ, fruto da participação e escolha democrática de servidores e discentes", e outra do Ronilson com a solicitação do reenvio do ofício encaminhado anteriormente pedindo um posicionamento do CODIR e DIREG. Felix pediu para que fosse incluída uma terceira proposta em votação: a convocação da Direção-Geral *pro tempore* para ir ao *campus* Maria da Graça e explicar melhor a situação pessoalmente. Quando a Secretária iniciou a releitura das propostas, Saulo pediu para que a sua proposta fosse fundida à proposta do Ronilson e que a do professor Felix fosse à parte. A secretária recapitulou as propostas, confirmando que a do Saulo não estaria mais válida e perguntou se no reenvio do ofício com a solicitação de eleições imediatas somaria a convocação de presença da Direção-Geral *pro tempore* ao *campus*. Ronilson disse que poderiam ser dois ofícios, um para cada proposta. Saulo falou sobre a provável dificuldade de comparecimento do Diretor-Geral *pro tempore* na reunião do CONPUS, pois o mesmo não estava presidindo as reuniões dos conselhos superiores. Ronilson falou que seria importante a Direção-Geral dar um posicionamento e enviarem o ofício. Saulo perguntou aos conselheiros se eles tinham conhecimento de uma comissão para elaboração de eleições para os *campi*. Ronilson disse que tinha conhecimento e que fazia parte da comissão, mas estavam aguardando um posicionamento e não estava parada. Após alguns ajustes das propostas, foi realizada votação para a proposta de realização de dois ofícios, um com a reiteração do ofício anterior com a solicitação de eleições imediatas para o *campus* Maria da Graça e outro com o convite de participação da Direção-Geral *pro tempore* em reunião extraordinária do CONPUS, a ser marcada de acordo com a sua disponibilidade, com a pauta única "esclarecimentos sobre o processo eleitoral do *campus* Maria da Graça". A proposta foi aprovada por quatorze conselheiros, tendo um voto contra. No item seis da pauta, **Informes gerais**, Arlene pediu a palavra para passar uma síntese feita pela SAPED sobre algumas demandas dos discentes, pois ainda não tinha uma previsão de reunião com os alunos: melhoria da comunicação institucional, pedido de sábados com atividades assíncronas e informação prévia das aulas síncronas com sugestão de utilização das ferramentas "calendário" e "tarefas" no *Teams*; disse também que os alunos falaram positivamente sobre o esforço na adaptação dos professores no ensino remoto e das aulas síncronas quando não excedem a uma hora de duração; falou sobre a importância do encontro das coordenações com a SAPED. Rebeca agradeceu o *feedback* da SAPED, dizendo que as informações seriam muito importantes e ajudariam a melhorar o ensino remoto; perguntou o motivo de não ter reunião com os alunos. Ronilson respondeu que tinham combinado uma reunião em quatorze de novembro para conversar com a SAPED e antes desta data marcaria com os alunos; explicou que, conforme reuniões anteriores do CONPUS, tinham acordado uma avaliação do ensino remoto; falou que a Gerência Acadêmica soube do *feedback* da SAPED naquele momento e marcaria uma reunião com os alunos e SAPED. Arlene explicou que existiam ali dois momentos diferentes, um que se tratava do interesse da participação do Manhães e coordenadores aos encontros regulares com os representantes de turma e outro que se tratava de uma reunião com os coordenadores e gerência para avaliarem a adaptação do ensino remoto. Saulo falou sobre a resolução dos conselhos de classe e achou desnecessário um pedido de autorização para que fizessem reunião com os alunos, pois era um processo de construção para a realização do conselho de classe; sugeriu que ocorresse uma reunião entre os coordenadores, Gerente Acadêmico e Direção após a elaboração de um relatório com o resultado da reunião com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA  
FONSECA – CEFET/RJ  
CAMPUS MARIA DA GRAÇA

os alunos. Nada mais havendo a tratar, o presidente do CONPUS deu por encerrada a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos.

---

Rejane Gomes Cordeiro  
Secretária do Conselho do *campus* Maria da Graça

---

Ronilson Rodrigues Pinho  
Presidente do Conselho do *campus* Maria da Graça

**Ronilson Rodrigues Pinho**  
Diretor *Campus* Maria da Graça  
CEFET-RJ - SIAPE 2332248